

AMAZÔNIA E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: O CASO DE RONDÔNIA

OLIVEIRA, Valeria de¹
AMARAL, Jose Januário de Oliveira²

Resumo: A questão central da pesquisa é o processo de colonização na fronteira agrícola da Amazônia, em especial, o caso de Rondônia. O método quantitativo permitiu analisar dados da população, bem como econômicos, possibilitando verificar a evolução demográfica e econômica do Estado de Rondônia. Contudo, o surto demográfico e econômico fez crescer a economia sem mudar a complexidade e sócio territoriais. Então, o preenchimento do “vazio demográfico” não proporcionou a integração regional na sua totalidade, muito menos a superação da lógica capitalista na região que impulsionou e ainda impulsiona o desenvolvimento socioeconômico regional sem levar em consideração o meio ambiente. Assim, a integração regional promovida pela abertura de rodovias e o processo de povoamento como fruto de uma geopolítica estatal fez o Estado desempenhar um papel crucial para ocupação do território amazônico. Contudo, o relativo dinamismo do agronegócio e da agropecuária vem garantindo o desenvolvimento regional, não apenas para o controle do território, mas para atender a lógica do capital.

Palavras-Chave: Amazônia. Fronteira Agrícola. Geografia

Abstract: The central question of the research is the process of colonization in the agricultural frontier of Amazonia, especially

¹ Doutora junto à Universidade Pablo de Olavide - ES; membro do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Territorial Na Amazônia/UNIR/CNPq; Professor Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia– UNIR (valeriaunir@gmail.com)

² Doutor junto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP; Líder do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Territorial na Amazônia/UNIR/CNPq; Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia– UNIR (januarioamaral10@gmail.com)

the case of Rondônia. The quantitative method allowed to analyze population data as well as economic data, making it possible to verify the demographic and economic evolution of the state of Rondônia. However, the demographic and economic outbreak has grown the economy without changing the socioterritorial complexities. So filling the “demographic void” did not provide regional integration in its entirety, much less the overcoming of capitalist logic in the region that has boosted and boost regional socioeconomic development yet without regard to the environment. Thus, the regional integration promoted by the opening of highways and the process of settlement as a result of a state geopolitics, made the State play a crucial role in the occupation of the Amazonian territory. However, the relative dynamism of agribusiness and agriculture is guaranteeing regional development, not only for the control of the territory, but also for the logic of capital.

Keywords: Colonization. Amazon. Geografy.

Introdução

Designamos população, na Geografia, um conjunto de habitantes de uma área e que pertence a um grupo específico de pessoas. Mas quando um determinado país, estado ou município apresenta grande população absoluta, é possível afirmar que o mesmo é populoso. Por sua vez, a contagem e totalização do número de habitantes de uma área geográfica, seja em escala local, regional, nacional ou mundi, é denominado de censo geográfico ou recenseamento.

Dessa forma, o Brasil segue as convenções estabelecidas internacionalmente, ou seja, de dez em dez anos os países realizam seu censo demográfico. Levando em conta os avanços *Técnico-Científico-Informacional*, principalmente da informática, foi possível desenvolver programas de processamento de dados voltados para a geografia, facilitando assim a atualização e processamento de dados demográficos

com mais rapidez.

O órgão responsável pelo censo ou recenseamento populacional no Brasil é chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos estudos demográficos de qualquer território segundo a Geografia Demográfica, surgem os movimentos horizontais ou verticais, ou seja, as migrações. Para efeito do presente estudo, o foco foram as migrações internas ocorridas dentro do Brasil, em especial, as migrações de uma região para outra, fato marcante na Região Norte e, particularmente, o Estado de Rondônia que recebeu e ainda recebe migrantes de várias regiões brasileiras.

O crescimento de uma população pode ser natural ou vegetativo – verificado pelas taxas de natalidade e mortalidade, além da diferença de imigração (entrada) ou emigração (saída) de pessoas de um determinado território. De acordo com o censo ocorrido em 2010, havia 1.562.409 habitantes em Rondônia. Dados mais recentes do IBGE apontam que a população estimada desse estado em 2018 era de 1.805.788. Dessa forma, embora o estado não esteja entre os mais populosos do país, quando analisados os números, podemos observar que vem apresentando um crescimento significativo em relação ao crescimento ao número de habitantes.

Quando quando se vê detalhadamente a Evolução populacional do estado de Rondônia, em especial, a partir da década de 1960, quando seu total era de 70.783, segundo o IBGE, e que, no censo demográfico de 2000, verifica-se que sua população passou para 1.379.787. Constata-se assim um incremento populacional de mais 1.000.000 de pessoas. Portanto, o Estado de Rondônia, historicamente, foi formado por migrantes e considerando a miscigenação de raças no Brasil – brancos, negros e índios, neste sentido, o Estado não foge à regra do padrão racial do país.

Nesse limiar, para analisar a Amazônia e o processo de colonização da fronteira agrícola, no caso específico de Rondônia, precisamos compreender que a globalização aproxima realidades geográficas diferentes por conta dos fluxos de capitais e sua voracidade, afetam as configurações territoriais na escala local, o que requer um estudo mais detalhado.

1. Amazônia como Nova Fronteira Agrícola

O avanço do agronegócio na Amazônia brasileira nas últimas décadas impôs uma lógica global do capital sobre a Região Norte do país. Desse modo, comparado o ciclo econômico da borracha com os ciclos da mineração, madeira, pecuária e o mais recente, a expansão do agronegócio, vê-se que houve uma alteração total das formas tradicionais de uso do território em espaços de produção global.

Para Santos (2000, p. 79-80),

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando de seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientificada e mundializada, tal como assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e fragmentação atuais do território.

Portanto, compartimentação e fragmentação do espaço geográfico

resultam da apropriação da natureza nas melhores localizações pelo capital como forma de territorializar a economia global em escala local. Por sua vez, no território as relações sociais incorporam territorialidade global na escala local, havendo um alargamento de cenários (Santos, 1996), o que requer uma análise mais detida da totalidade social.

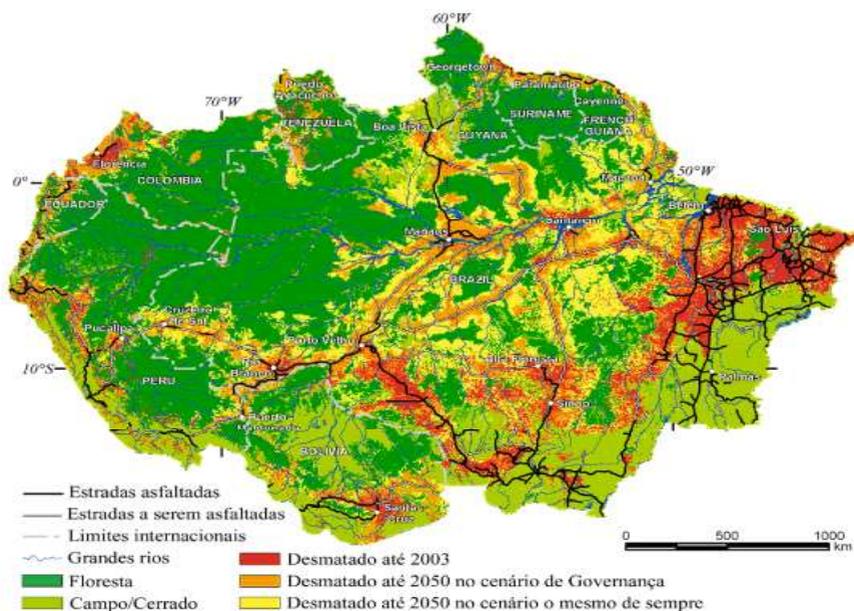


Figura 5 – Padrões espaciais de desmatamento simulados para os dois cenários extremos: governança x “o mesmo de sempre”.

Fonte: Estudos Avançados. Dossiê Amazônia Brasileira, v. II, 2005.

FIGURA 01: Simulação de padrão de desmatamento da Amazônia

Por conseguinte, como disse Santos anteriormente, esse mapa traduz a fragmentação espacial da Amazônia, e são esses eixos viários

que vão intensificar o processo de apropriação e destruição de nossas florestas.

Nesse limiar, *horizontalidades e verticalidades* demográficas constituem outros dois processos que alteram a complexidade social na Amazônia, resultante do espaço-mundo e do tempo-mundo, dos espaços da globalização. Nesse caso, ambos os processos instituem arranjos geográficos que imprimem dialéticas na alma do lugar, no meio dos homens e da sociedade.

2. Rondônia e o processo de consolidação como fronteira agrícola de expansão

Localizado na Região Norte do Brasil, o Estado de Rondônia, passou a ser considerado como frente de expansão da fronteira agrícola na Amazônia nas últimas décadas devido aos avanços do agronegócio. Contudo, um dos atributos do tempo-espaço da globalização é sua aceleração. A aceleração contemporânea é produzida pela dinâmica societária global, pelos avanços conseguidos no conhecimento científico e pelo desenvolvimento das tecnologias (Santos, 1994).

Portanto, a territorialização dos fluxos de capitais condiciona suas dinâmicas territoriais às territorialidades no uso do território e atração de migrantes de maneira contínua para a unidade federativa em questão.

2.1 Migrações e o processo de colonização de Rondônia

Desde os primórdios de sua colonização, a Amazônia vem sofrendo fluxos migratórios relacionados diretamente com os ciclos econômicos e uso do território, gerados pela exploração de suas riquezas

que funcionaram como alavancas da mobilidade humana para a região, o que resultou na fundação de povoados e cidades em pontos dispersos dos seus 5.000.000 de km². Destes ciclos, dois tiveram o apoio direto do governo, um deles impulsionado pela necessidade de matéria-prima da borracha no período da Segunda Guerra Mundial e outro, na década de 1970, o de colonização no intuito de preencher o “vazio demográfico” (Becker, 1990, p. 32). Este último ciclo especificamente é o que será aqui discutido.

O fluxo migratório ocorrido nos anos 70 do século passado rumo à Amazônia esteve atrelado a uma estratégia geopolítica de integração e ocupação dos chamados “espaços vazios”, pois a Amazônia, uma região rica e desabitada, possuía fronteiras desprotegidas, portanto, ameaçadas, ao mesmo tempo em que servia como válvula de escape para os conflitos sociais existentes no Sul e Sudeste em função do grande número de camponeses que, expulsos de suas terras, se deslocaram para os grandes centros produtores do país.

Para Gonçalves (2005, p. 12),

Ao mesmo tempo, essa imensa região que abriga tão vastos recursos naturais, é vista como um verdadeiro vazio demográfico e, portanto, vulnerável a eventuais pretensões de potências internacionais. Nesse sentido, a região se vê via de regra, envolvida em debates que giram em torno da complexa questão da soberania nacional.

Desse modo, o olhar sobre a Amazônia não é apenas geopolítico, contempla também intensa onda migratória que foi extremamente impactante para a biodiversidade amazônica e responsável pelo crescimento da densidade demográfica na região. Cabe aqui lançar um olhar mais apurado em direção às primeiras décadas do século XX, para entendermos o porquê da intensa migração em direção à Amazônia nos

Fazendo um retrospecto, verifica-se que durante o chamado Estado Novo, surgiu uma política desenvolvimentista, denominada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era ocupar aqueles espaços considerados vazios, controlar a migração de nordestinos para os centros urbanos do Sudeste do país, povoar as regiões fronteiriças do país e, conseqüentemente, promover a integração dos estados brasileiros (sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste).

Posto este pano de fundo, fica mais fácil compreender a criação do Território Federal do Guaporé em 1945, hoje Estado de Rondônia, visando garantir a segurança da fronteira Oeste e também o controle federal de uma região considerada estratégica. Para Freire (1943), na década de 1940, o “Brasil desde a perspectiva de integração do território parecia ser muito mais um “arquipélago que um país continental”.

Neste sentido, o Brasil era considerado um conjunto de ilhas que trabalhavam isoladas, existindo pouca interação entre elas. Para Silva (2003), havia cinco áreas no país: Ilha Amazônica, península Nordeste, península Centro-Oeste, península Sul e núcleo Central. Em agosto de 1940 o então presidente Getúlio Vargas deixou claro, em um discurso proferido em Goiânia, seu objetivo de promover a integração do território brasileiro e de superar a dicotomia existente no país dividido explicitamente em duas partes distintas: uma que produz e exporta – região sujeito; e a outra que compra e vende matéria-prima – região objeto.

Por isto, “cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental” (Lenharo, 1986 p.23). Neste contexto foi criada em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Amazônia

legal.

Dessa forma, os ideais de integração de Getúlio Vargas ganharam corpo na Amazônia na década de 1970, com base em um projeto geopolítico governamental de integração e exploração econômica, cujo suporte foi o Programa de Integração Nacional- (PIN) criado pelo governo militar brasileiro por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici. A justificativa para o decreto foi a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No artigo primeiro deste decreto se lê:

Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

O decreto é bem claro e no seu artigo primeiro já explicita a necessidade de integrar tanto a Amazônia quanto o Nordeste à econômica brasileira, tendo em vista que ambas as regiões eram vistas como improdutivas. No que tange à Amazônia, vê-se a necessidade de criação de infraestrutura.

Portanto, a expansão do modo de produção capitalista, articulação do território e extensão da fronteira agrícola na Amazônia, Becker (1982, p. 167) considera que

A cada período corresponde um papel da agricultura, uma rearticulação do espaço e nova extensão da

fronteira agrícola. Nos estágios mais avançados, há maior extensão geográfica dos processos de trabalho e maior valorização do capital, e ao mesmo tempo uma divisão territorial do trabalho mais refinada para atender às necessidades do capital. Nesse processo, é cada vez maior o papel do Estado, que intervém para acelerar o ritmo da articulação do espaço através de instrumentos econômico-jurídicos e de instrumentos físicos – infraestrutura de transportes e urbanas -, que por sua vez estimulam e crescente mobilidade da força de trabalho.

Para autora, o papel do Estado, como indutor de desenvolvimento de políticas territoriais, permitiu promover e garantir, mesmo que incompleta, avanços significativos de integração da Região Norte às demais regiões geoeconômicas do país.

Verificando o segundo artigo do Decreto que menciona a primeira etapa de implantação do PIN, prevê-se a imediata construção de duas rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, como forma de promover a integração regional.

No mesmo artigo, inciso primeiro, lê-se que ficava reservada a faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias federais para colonização e reforma agrária, efetuadas com os recursos do Programa de Integração Nacional, ou seja, para “executar a ocupação da terra e adequada exploração econômica”, marcando o protagonismo do Estado enquanto agente financiador e impulsionador do desenvolvimento na região.

Nesse contexto, intensificam-se as políticas de ocupação e colonização da Amazônia, que no âmbito do Programa de Integração Nacional, levou à implementação do Projeto Carajás, e à construção das usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Balbina, além de projetos de integração da Amazônia ao Centro-Sul do país por meio da construção

de rodovias.

Neste período de promoção da integração regional, foram construídas à Transamazônica, e outras rodovias de grande extensão, como as BR-174, BR-319 e BR-163. Paralelamente foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que foi o responsável pelos assentamentos agrícolas ao longo das rodovias amazônicas. Em 1971 foi assinado o Decreto Lei nº 1.164, que toma para o patrimônio da União todas as terras devolutas situadas a 100 km das rodovias federais existentes, em construção ou mesmo projetadas na Amazônia Legal.

Nesta conjuntura, os 237.576,17 km², que compõem o atual Estado de Rondônia passaram a ser alvo de ações governamentais concretas por meio de planos específicos de desenvolvimento e integração regional. Oliveira Neto e Nogueira (2017), após levantamento de dados, enumeram as razões da escolha de Rondônia como região principal e prioritária de colonização:

- a) a política de segurança nacional que desejava a salvaguarda das fronteiras pelo aumento da densidade demográfica nas faixas de fronteira; a disponibilidade de terras públicas sob jurisdição do INCRA;
- b) as terras férteis no núcleo de colonização de Ouro Preto;
- c) a proximidade do estado com as frentes pioneiras do Centro-Oeste rumo ao Norte;
- d) viabilizadora do direcionamento dos fluxos migratórios das Regiões Sudeste/Sul, então marcadas pela mecanização e modernização agrícola; ou da Região Nordeste, onde havia secas periódicas e também impactada pela mecanização que diminuiu

drasticamente o uso de mão de obra no campo.

Nas décadas de 70 e 80, ocorreu o fenômeno da colonização pública em Rondônia, o que atraiu levas de migrantes, oriundos do Sul e Sudeste do Brasil³, pela BR 364, consolidada pelo 5º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) no trecho Cuiabá - Porto Velho, o que fez dela um eixo fundamental no processo de colonização da Amazônia ocidental. Ora, a abertura da rodovia e a implementação de projetos de assentamento agrícola desencadeou na década de 1970 um grande movimento migratório de milhares de pequenos agricultores sem-terra e operários pobres, ou desempregados, oriundos das regiões sul e sudeste do Brasil.

Por sua vez, os indivíduos foram atraídos para Rondônia pela propaganda dos programas oficiais de assentamento agrícola, além da propaganda boca a boca, como assinalam Moser e Cunha (2010). Para entender a razão da forte mobilidade humana para Rondônia é necessário entender a conjuntura em que ocorreu.

Como dito anteriormente, a partir da década de 1970, Rondônia estava conectada não apenas por via fluvial ou aérea, mas por via terrestre com o Centro-Sul do país devido à construção da BR 364, o que facilitou a vinda de milhares de imigrantes. Tal rodovia federal serviu como elo entre as regiões Norte e Centro-Oeste, consequentemente, com as regiões mais desenvolvidas do país. Todavia é necessário vislumbrar o

3 Ainda que a maioria dos autores que estudam o processo migratório para Rondônia utilizam o termo “centro sul do país”, se referindo à origem daqueles que foram para Rondônia, Becker (1990), demonstra que a maior parte das pessoas que migraram para ali migraram no período de 1970 e 1990, agricultores em sua maioria, já haviam vivenciado anteriormente pelo menos três vezes processos migratórios. Sendo que estes migrantes não eram exclusivamente dos estados das regiões Sul e Sudeste do país, visto que muitos eram originários do nordeste do Brasil.

contexto socioeconômico brasileiro em que ocorreu essa migração rumo à Amazônia.

O processo de modernização da agricultura no Brasil teve seu início em meados da década de 1960, a partir do que foi cunhado de Revolução Verde em 1966 por Willian Gown, que consistia em um programa de inovação tecnológica na agricultura por meio de um processo de modernização agrícola com o propósito de aumentar a produção com o desenvolvimento de sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo visando ao aumento e à eficácia da produção.

A princípio, Gown tinha como objetivo propor ideias para acabar com a fome no mundo. Desse modo, a aplicação do programa em países em desenvolvimento, como a Índia, as Filipinas, o México e o Brasil, contou com o financiamento do grupo Rockfeller, que, com isto, expandiu seu mercado consumidor com vendas de pacotes agrícolas para diversos países.

Contudo, se, por um lado, a modernização do campo propiciou o crescimento exponencial da produção agrícola no Brasil, por outro, alterou sua estrutura agrária. Isso porque, de maneira geral, os pequenos produtores não conseguiram obter produtividade suficiente para competir com a grande máquina produtiva e, ao tentarem acompanhar o ritmo da máquina, foram-se endividando por meio de empréstimos bancários, ou seja, por meio do crédito rural, para adquirirem desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes, na tentativa de obter a tão falada mecanização das atividades e aumento da lucratividade com terra.

O agronegócio impôs a meta de grande produção no menor tempo possível, porém, muitos produtores rurais não conseguiram alcançar as margens esperadas de produção e acabaram com enormes dívidas. Como forma de quitar os pagamentos em atraso, muitos dos produtores agrícolas acabaram por vender sua terra, dando origem ao fenômeno da

reconcentração fundiária na Amazônia.

Portanto, a mecanização do campo no Brasil trouxe transformações rápidas e profundas, tanto no que tange ao desempenho do setor agrícola no país, como em termos de custos sociais, pois provocou um acentuado êxodo rural e o inchaço dos centros urbanos industrializados, fazendo com que as vantagens econômicas fossem questionáveis. Martine salienta que:

[...] Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção per capita de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades. (1987, p. 10)

Para o autor, mesmo com o aumento da produtividade no campo com a industrialização, a produção de alimentos não atingiu a meta projetada e esperada. Por conseguinte, Ehlers (1999) sinaliza que o rápido processo de mecanização do campo e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira foram fatores desencadeadores do intenso processo de êxodo rural na década de 1970.

Tal migração de maneira acelerada possibilitou ocorrer conflitos sociais devido à expulsão dos pequenos produtores mediante a mudança da lógica de produção agrícola em escala regional. Como forma de aliviar a tensão nos grandes centros urbanos nas demais regiões do país, a Amazônia foi vista como solução para as pressões sociais decorrentes da política de modernização do agronegócio.

Concomitantemente, o Governo Federal, no âmbito de sua política

de integração nacional e povoamento dos “espaços vazios”, fomentou a migração em direção à Amazônia, uma remoção massiva de população de outras regiões do Brasil para uma ocupação territorial como jamais havia sido empreendida. O slogan governamental era: “Amazônia: terra sem homens para homens sem-terra”. Amaral a este respeito escreve:

Neste sentido o que fundamenta as políticas do Estado no período estudado, é a categoria de “vazio demográfico” consubstanciada na evidência empírica de que na Amazônia havia uma baixa densidade demográfica. É dessa maneira que o Estado institui um “vazio social” em um território ocupado milenarmente por nações indígenas, secularmente por caboclos originários da época do extrativismo da borracha e modernamente por posseiros, invasores ou grileiros de terras. (2017, p.27)

Nesse contexto, Rondônia, no auge da ditadura militar, passou a receber milhares de migrantes, em sua maioria camponeses expulsos de seu estado de origem, que se moveram em direção à Amazônia em busca do que Oliveira (2011, p. 66) chama de “seu Eldorado particular (...) o lugar onde emana leite e mel”, ou seja, um lugar cheio de oportunidades e possibilidade de se tornarem proprietários da tão sonhada terra. Ter sua terra significava libertação de um regime de sujeição a que eram submetidos nas regiões de origem, por meio do regime de arrendamento; ter sua terra representava ter autonomia e auto-sustentação.

O desejo era possuir uma terra fértil que propiciaria colheitas abundantes e ruptura com a proletarização a que eram submetidos. Desde a perspectiva do Governo Federal, se os camponeses desejassem ter sua própria terra, eles teriam, entretanto não onde estes desejavam, mas onde o governo havia determinado, em função de uma estratégia geopolítica que começou na década de 1940, ou seja: direcionando-os para as áreas de expansão de fronteira agrícola na Amazônia.

O Estado tomou para si a tarefa de fazer política agrária de acordo com sua lógica e conveniência, pois o pano de fundo era o deslocamento de atores sociais para a Amazônia, como forma de minimizar os conflitos sociais existentes principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país, em decorrência da política de mecanização do campo.

A exuberância da floresta amazônica é vista como sinônimo de terras férteis, em especial, Rondônia, que passou a ser um espaço experimental de políticas de colonização e reforma agrária, sofrendo um processo de migração induzida orquestrada pelo Estado, principalmente, a partir de 1971, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse caso, foi quando se iniciou o processo de assentamento dos migrantes ao longo da BR – 364.

Por meio do INCRA, implantaram-se dois tipos de projetos de colonização em Rondônia. No primeiro caso, os Projetos Integrados de Colonização (PIC), em conformidade com o § 2º do Art. 25 do Estatuto da Terra voltado para agricultores sem terra de baixa renda, com maior força de trabalho familiar. Assim, o papel do INCRA era identificar e selecionar os beneficiários, designar as terras, proporcionar a infraestrutura e, por meios próprios ou de outros órgãos, implantar atividades de assistência, de comercialização, saúde, educação e até de associativismo.

Por conseguinte, os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), foram focados nos agricultores com maior experiência agrícola e capacidade de obtenção de recursos financeiros no sistema bancário. Neste caso, o papel do INCRA era efetuar seleção e assentamento dos beneficiários, e se responsabilizar pela infraestrutura, loteamento e titulação.

Inicialmente foram efetuados os projetos integrados de colonização-PIC; na medida em que estes projetos não davam conta do contingente migratório que chegava a Rondônia, iniciou-se a implantação

dos projetos de assentamento dirigido-PAD no intuito de assentar o excedente de migrantes que acabaram por se instalar em terras que a princípio não estavam programadas para os assentamentos agrícolas.

Os projetos de colonização agrícola foram implantados em Rondônia entre 1970 e 1984, a saber: PIC Ouro Preto (1970), PIC Sidney Girão (1971), PIC Ji-Paraná (1972), PIC Paulo de Assis (1973), PIC Adolph Rohl (1975), PAD Burareiro (1974), PAD Marechal Dutra (1978), PAD Machadinho (1982), PAD Bom Princípio (1983) e PAD Cujubim (1984). No entanto, a colonização de Rondônia não se processou com o mesmo formato em toda a sua extensão territorial.

Nesse limiar, os projetos oficiais de colonizadoras privadas, devidamente registradas no INCRA, atuaram também, efetuando projetos de colonização no período compreendido entre 1970 e 1980. A característica da clientela dessas colonizadoras pautava-se por indivíduos do tipo empresarial formada de agricultores de média renda, possuidores de crédito bancário e tecnologia (INCRA, 1981).

Como assinalado anteriormente, não houve uniformidade no processo de colonização de Rondônia, mas não somente isto, ele não ocorreu sem conflitos. Apesar da propaganda governamental cujo mote era “terra sem homens para homens sem-terra”, além da morosidade no processo de distribuição dos lotes, não havia projetos suficientes para todos os que se deslocaram. Isso propiciou a presença de grileiros e posseiros, ou seja, a terra passou a ser objeto de especulação e do comércio ilegal dos lotes.

Segundo Kohlhepp (2002, p.41),

Isto causou, num processo contínuo, enorme aumento de terras apossadas e assentamentos descontrolados em áreas com capacidade agrícola muito limitada. Vastas áreas florestais foram devastadas e, em muitos casos assentados foram expulsos por grileiros e por

fazendeiros de gado.

Para o autor, as áreas apossadas e de assentados apresentavam uma capacidade agrícola limitada, com isso, de baixa produtividade e lucratividade para o produtor rural. Entretanto, o êxito da propaganda governamental fez com que milhares de migrantes se dirigissem a essa área do território nacional pensando que dispunha de terra produtiva, porém, com o passar do tempo, perceberam a fraqueza da terra e a necessidade de recorrer ao calcário como forma de torná-la fértil.

Por sua vez, os imigrantes que chegaram atraídos pela distribuição de terra dos projetos de colonização, que rapidamente se esgotaram, frustrando o sonho de muitos, foram viver nos núcleos urbanos que surgiam com o intenso processo de colonização. Além disto, a terra não estava tão vazia como se apregoava, dando origem a inúmeros conflitos com indígenas e ribeirinhos.

A ocupação da fronteira agrícola amazônica foi uma estratégia governamental que consistiu em projetos oficiais e privados de assentamento, com concessão de propriedades a famílias para a prática agrícola. Como resultado desta política, segundo dados do INCRA, em Rondônia até dezembro de 2017, haviam sido assentadas 38.963 em 224 assentamentos, totalizando 6.202.021,39 (ha).⁴ Esta política de Estado de manipulação e ordenamento territorial, com assentamento de colonos, além de estabelecer as bases para uma economia focada no agronegócio, também acabou por definir a base de colonização e povoamento desse estado, tendo em vista que vários municípios de Rondônia são oriundos de antigos projetos de colonização.

⁴ INCRA- Informações gerais sobre assentamentos nos Estados disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em 30 abr. 2018

2.2 Processo de consolidação da fronteira

A apropriação da natureza pelo homem na Amazônia por meio de projetos de colonização agrícola, em especial, no Estado de Rondônia, possibilitou a formação da rede urbana e da rede rodoviária. Porém, o que antes era mata virgem (Amaral, 2004, p. 115), cedeu espaço à reorganização produtiva do território, inclusive com a modernização da agricultura para atender ao capital, fazendo valer a inserção da lógica do capitalista até mesmo nas bordas da floresta.

Como resultado do processo de colonização, Rondônia tem na atualidade 68.977 propriedades rurais, o que corresponde a 28,18% do seu território. Com isso, ocupa um total de 6.722.670,000 ha da área territorial do estado. Destas 68.977 propriedades rurais, 67.633 correspondem a micro, pequenas e médias propriedades.

Por sua vez, Rondônia, na atualidade, tem o sexto maior rebanho bovino do país, sendo quinto em exportação de carne e o oitavo produtor de leite. Segundo dados da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), em 2017 o estado possuía um rebanho de 14.091.378 bovinos e de 6.653 bubalinos, totalizando 14.098.031 bovinos. Sendo que 73,37% são animais de corte.

No período de janeiro a novembro de 2017, Rondônia exportou 138 mil toneladas de carne bovina, gerando US\$ 511 milhões. Os maiores importadores de Rondônia são Hong Kong, Egito e Rússia. Segundo a mesma fonte, a produção diária de litros de leite no estado era de 1.879.798, no primeiro semestre de 2017.

O agronegócio em Rondônia consolida-se cada vez mais no cenário econômico regional e nacional, prova disto é que entre 2016 e 2017 o Ministério Público Federal registrou 23.096.07 hectares de área de vegetação removida ilegalmente no estado, o que demonstra claramente a

expansão da fronteira agrícola rumo a Amazônia. Por conseguinte, análises contidas na primeira edição do boletim da EMBRAPA demonstram o bom desempenho da produção agropecuária de Rondônia ao longo dos anos; de acordo com a referida publicação, em 2017, o valor bruto da produção agropecuária (VBPA) do estado alcançou seu maior valor, de quase 8,8 bilhões de reais, desde 2008.

As exportações de carne bovina e soja no primeiro quadrimestre de 2018 geraram receitas de US\$ 177,9 milhões e US\$ 206,1 milhões, respectivamente, resultados 28,1% e 12,8% superiores aos obtidos no mesmo período em 2017. Nos quatro primeiros meses de 2018, a carne bovina foi vendida para trinta e três países, sendo Hong Kong, Egito e Chile responsáveis por 76,2% da receita gerada no período. A soja foi exportada para dezesseis países, tendo como principais destinos os Países Baixos, a Turquia e a Espanha⁵.

Portanto, o preenchimento do vazio demográfico na Amazônia teve o Estado como o agente territorial preponderante na produção e organização do espaço em escala regional e local. Neste caso, o processo migratório ocorreu concomitante com um amplo programa de colonização agrícola, como afirma Oliveira (2017, p.46):

Uma construção que faz o que parecia impossível na década de 1960, torna-se possível no presente, por ser Rondônia o oitavo produtor de carne bovina do país, superando tradicionais produtores. Ou dito de outra forma, a floresta amazônica foi domada e transformada em um rentável espaço para o agronegócio.

Por conseguinte, tanto Rondônia como a Amazônia brasileira podem ser vistas como sendo um espaço de reprodução social, mediante o uso do território centrado na pecuária e expansão do agronegócio,

⁵ MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Alice Web. MDIC, 2018. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>. Acesso em: 16 maio 2018.

convergiendo com as territorialidades do capital em escala nacional e mundial.

3. Considerações finais

O processo de colonização da Amazônia do geral para o particular possibilitou o crescimento da densidade demográfica em Rondônia como explicitado no presente artigo. Nesse caso, estudos complementares precisam ser realizados para aprofundar o estudo da evolução da população rondoniense.

Dessa forma, um estudo mais detido do mapa demográfico rondoniense permitirá observar o nível de concentração de pessoas nos diversos lugares do seu território, inclusive uma análise mais detida da formação da identidade por se tratar de um estado com população heterogênea, resultado dos processos de colonização e de ondas migratórias.

Entretanto, como chamar de “vazio demográfico” uma região anteriormente ocupada por diferentes etnias indígenas? Além dessas, há muitas outras comunidades ribeirinhas, ou não, dependentes do extrativismo para sobreviver, ou seja, dos rios e da floresta.

Qualquer análise que seja feita sobre a apropriação da natureza e o processo de colonização na Amazônia, bem como a ocupação humana em Rondônia, não pode ser reduzida a uma simples quantificação, ou seja, é preciso levar em consideração as condições de sobrevivência, os “povos da floresta”, a identidade, os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais em escala local e regional.

O intenso processo de globalização nas últimas décadas fez modificar as diversas realidades territoriais nas diversas regiões do planeta. Na Amazônia brasileira não foi diferente, tal processo se

manifesta de modo fragmentado, ou seja, impondo a territorialização das lógicas capitalistas sobre a região amazônica, como ocorre atualmente em Rondônia.

Desse modo, a renovação técnica de atividades do agronegócio e da pecuária como fronteira de expansão da fronteira agropecuária, fomenta vários fenômenos na Amazônia, porém, o que requer um estudo mais detido posteriormente é o da reconcentração fundiária, do crescimento de centros urbanos e do aparecimento de novos povoados em meio à floresta.

Para o caso em estudo, o processo de colonização e modernização da agricultura no uso do território, com a expansão do agronegócio, sobretudo da lavoura de grãos, em especial da soja, impõe a expulsão de camponeses para outras áreas rurais ou para cidades. Desse modo, prevalece a lógica do capital na organização do território e nas relações sociais estabelecidas no convívio em sociedade.

Todavia, os núcleos localizados nas faixas fronteiriças merecem cuidados para a defesa do território, sendo lugares de apoio a potenciais interesses de expansão do capital para os que estão ligados por estradas, ainda podendo atrair uma forte imigração. É o caso das cidades da borda da região fronteira, povoadas por fortes contingentes humanos provenientes do Nordeste.

Referências

AMARAL, Januário. *Mata Virgem: terra prostituta*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

AMARAL, José J. de O. *Sociedade & natureza na construção da Amazônia*. In: AMARAL José J. O.; OLIVEIRA, Valéria; ALBUQUERQUE, Herbert L. de. *Território, identidade na Amazônia e outras reflexões*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BECKER, Berta K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Série Princípios)

BRASIL, DEL. 1.106/1970 (DECRETO-LEI) 16/06/1970 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htmAcesso em : 21 abr. 2018.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FREIRE, Gilberto. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2005.

IBGE. disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama> acesso em:26 abr. 2018

IDARON.Rebanho bovino ultrapassa 14 milhões de cabeças. disponível em:<http://www.idaron.ro.gov.br/Portal/nwVerNoticia.aspx?idNoticia=769> Acesso em: 25 abr. 2018.

INCRA. *A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia*. Coordenador: Reinaldo Gavião Modesto. Rondônia: INCRA, 1981.

KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia*

Brasileira. Estudos Avançados, vol. 16, nº 45, pp.37-61 São Paulo, 2002.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In MARTINE, George; Garcia, Ronaldo (Org.): *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José B. A geopolítica rodoviária no Noroeste: a vertebração da BR-364. *Revista de Geopolítica*, edição especial, v. 8, n.2, p. 48 - 62, jul/dez. 2017.

OLIVEIRA, Valéria., in: Que vim eu fazer aqui? Fazendo do El Dorado o meu lugar in OLIVEIRA, Valéria; LEANDRO, Ederson L.; AMARAL, José J. O. *Migração: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro João Editores/EDUFRO, 2011.

SANTOS, Milton. *A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo*. In: *O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *O espaço brasileiro I*. In: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

WWF. Saiba mais sobre o Mosaico de Apuí. 25/06/2006. Disponível em:<http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?2880> Acesso em: 10 abr. 2018.